



Anais da Assembléia

Nº 74

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE JUNHO DE 1990

ANO XVI

Atos da Presidência:

LEI Nº 9.293

DATA: 13 de junho de 1990.

SÚMULA: Ficam sem efeito, a partir de 1º de janeiro de 1990 até a publicação da presente Lei, todos os atos, processos ou iniciativas que tenham gerado qualquer tipo de punição aos integrantes do Magistério e demais Servidores Públicos do Estado do Paraná, em virtude da interrupção das atividades profissionais, através da decisão de seus trabalhadores, garantida a readmissão se for o caso.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º, do Artigo 71, da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam sem efeito, a partir de 1º de janeiro de 1990 até a publicação da presente Lei, todos os atos, processos ou iniciativas que tenham gerado qualquer tipo de punição aos integrantes do Magistério e demais Servidores Públicos do Estado do Paraná, em virtude da interrupção das atividades profissionais, através da decisão de seus trabalhadores, garantida a readmissão se for o caso.

Parágrafo Único - O Poder Executivo providenciará mediante folha suplementar, os devidos ressarcimentos num prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da publicação desta Lei.

Art. 2º - A autoridade que deixar de cumprir o disposto nesta Lei, incorrerá em crime de responsabilidade

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 13.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 039/90

DATA: 11.06.90

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Imbituva, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Guamiranga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Imbituva, para que a respec-

tiva população decida sobre a criação do Município de Guamiranga.

"Começa na Barra do Rio dos Patos com o Rio Lageadão, rio acima até o Rio Alagado, subindo o Rio Alagado até o Rio Manduri, cruzando a BR 373, passando a direita da Igreja do Manduri, daí segue em linha reta, passando por Queimadas, Barreiro e Mato Queimado, dividindo também com o Município de Prudentópolis, desce a Serra Passa Quatro até cair no Rio Pederneiras, rio abaixo até o Arroio do Tigre, cruzando a BR 373, no Km 64,5, descendo até o Rio Bonito, até o Rio Lageadão, divisa com Ivaí, descendo até o ponto de partida".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 040/90

DATA: 19.06.90

SÚMULA: Determina a sustação do Processo de Ação Penal contra o Deputado JOSÉ FELINTO, conforme especifica:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do dispositivo no inciso VI, do artigo 54, da Constituição Estadual, o Processo de Ação Penal, objeto de citação oficiada pelo Tribunal de Justiça, sob o n. 90/90, Denúncia Crime n. 10633-2 em que é indiciado o Deputado JOSÉ FELINTO.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA

ATA DA 51.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 1990

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal

Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Pirajá Ferreira e Luciano Pizzatto.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Alves, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos e Vera Agibert (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Acir Mezzadri, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Irondi Pugliesi, José Felinto, José Rogério Carvalho, Mário Pereira, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Rafael Greca, Raul Lopes e Valderi Mendes Vilela (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSAO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, as qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1676

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, para o Projeto de Lei n. 308/90, que assegura aos familiares a livre escolha de funerária para executar os serviços funerais, com a imediata inclusão na Ordem do Dia, transformando-se o Plenário em Comissão Geral.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 1675

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação do Projeto de Lei n. 352/90.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 1674

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n. 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 1671

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo art. 35, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para o próximo dia 21 de junho, durante a Sessão Plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n. 127/90, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem n. 59/90, que autoriza o Poder Executivo a anuir na alienação de parte do imóvel de propriedade do Instituto Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1673

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação ao Projeto de Resolução n. 74/90.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO N° 1678

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, Votos de Congratulações à Escola Epheta, pela comemoração dos seus 40 (quarenta) anos de fundação.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1950, pela Senhora Nídia

Moreira Garcez, a Escola Epheta, há quarenta anos, desenvolve excepcional trabalho junto às crianças portadoras de deficiência auditiva. Estas crianças, geralmente, têm dupla deficiência vez que desaprendem a falar. Assim, o trabalho de educação e capacitação dessas crianças, de forma especializada, é imprescindível. E é exatamente neste campo que a Escola Epheta tem se destacado.

Atendendo a mais de cento e oitenta crianças, o estabelecimento não tem finalidade lucrativa e é através da ação oblativa de amigos e voluntários que se vem mantendo ao longo dos anos, como atualmente, com o extraordinário desempenho da Associação de Colaboradores da Escola, Presidida pela Senhora Anice Messmar.

A faceta mais importante do estabelecimento é o atendimento às crianças carentes que têm na entidade a única forma de uma educação e perfeita integração à sociedade, como seres socialmente úteis e realizados.

Destarte, não poderia este Poder deixar de prestar tão merecida homenagem.

Que do presente se dê ciência à Diretora da escola Epheta e à Presidente da Associação de Colaboradores.

REQUERIMENTO N° 1672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, na forma regimental, seja inserido em Ata da presente sessão voto de congratulações à direção e funcionários do jornal "Folha de Londrina", que neste dia 22 de junho comemoram o décimo ano de circulação do suplemento semanal "Folha da 6.ª".

Uma vez aprovado o presente requerimento, solicito seja devidamente informado à direção do jornal.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Os dez anos de circulação da "Folha da 6.ª" constituem mais um marco na história da imprensa paranaense, semanalmente brindada pelo noticiário inteligente e bastante variado do suplemento da "Folha de Londrina".

O sucesso de mais esse empreendimento não é porém uma surpresa para todos os que têm acompanhado a própria trajetória da "Folha de Londrina", obra de um jornalismo de grande alcance exercido sempre com rigor crítico e independência.

Assim, pelo significado desse acontecimento, a convicção que temos é que não poderia deixar de ser assinalado no Legislativo a passagem dos dez anos da "Folha da 6.ª". É antes uma forma de justo e merecido reconhecimento, o que propomos através deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 1669

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Votos de Congratulações ao Senhor Paulo Roberto Pereira de Souza, Secretário do Estado da Ciência e Tecnologia, pela viabilização do Microcomputador da Faculdade de Administração e Ciências Econômicas - FACE, de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 1670

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem requerer a Vossa Excelência, ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações a nova Diretoria da Associação de Engenheiros e Arquitetos da Prefeitura de Curitiba, na pessoa de seu Presidente Dr. José Eduardo Lima Comter.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

A exemplo de tantas renovações que tem ocorrido, esperamos seja mais esta um incentivo para a participação e a contribuição efetiva para um novo tempo, sem contudo esquecermo-nos da contribuição daquelas que nos antecederam e que nos proporcionam, em virtude disso, a oportunidade que sempre se nos apresenta para renovarmos.

REQUERIMENTO N° 1677

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público comunitário no Bairro da Boa Vista, nesta Capital, à Rua Domingos Gréca.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de inexistir telefone público comunitário para atender à procura dos milhares de moradores da região. É importante destacar que essa inexistência, não raramente, em situações de emergência (rádio patrulha, Corpo de Bombeiros, ambulância, etc) redunda na obstrução, se não impossibilidade, de um atendimento célere e eficiente à comunidade.

São, como já dissemos, inúmeros os moradores da localidade em questão, em sua maioria, carentes, sem meios que os possibilitem a aquisição de uma assinatura de telefone, constituindo-se, portanto, em

usuários potenciais desse serviço.

Que do presente seja dada ciência ao representante dos moradores interessados, à Rua Domingos Greca, 122.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 357/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1° - Fica denominado "Rodovia João Rocha Ribeiro", o trecho da PR-364 que interliga a PR-239 (Rodovia Vassílio Boiko) ao Município de Altamira do Paraná.

Artigo 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O líder nasce no seio da coletividade pelas suas posições de firmeza de caráter, pelos seus atos de prudência, pelas suas ações direcionadas para o progresso e pela sua capacidade de dialogar.

O Senhor João Rocha Ribeiro, possuidor desses requisitos, foi padrão de homem público nos cargos e funções que lhes foram destinadas ao longo do tempo, nascido aos 25 dias do mês de dezembro de 1903, na cidade de Ituaçu - BH. Participante ativo e solidário com todas as iniciativas de desenvolvimento do Município, sempre apareceu na primeira linha, com idéias progressistas e projetos viáveis, dentre eles a emancipação de Altamira do Paraná, a qual efetivou-se no dia 27 de março de 1980.

Casado com a Senhora Maria Pureza, teve 12 filhos e faleceu aos quatorze dias do mês de outubro de 1989, aos 86 anos de idade.

Por essas razões, seu nome não pode ficar desconhecido das futuras gerações daquela região. O exemplo de vida desse cidadão prestante à sociedade deve ficar gravado naquilo que represente o progresso e o desenvolvimento da região.

Assim, com a proposta de que seja dado o nome de João Rocha Ribeiro à rodovia que especifica, estaremos resgatando o tributo devido a ele.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PDS.

(Declina).

Consulta à Liderança do PTB.

(Declina).

Consulta à Liderança do PDC.

(Declina).

Consulta à Liderança do PFL.

(Declina).

Consulta à Liderança do PMDB.

(Declina).

Consulta à Liderança do PSDB.

(Declina).

Consulta à Liderança do PT.

(Declina).

Consulta à Liderança do PL.

(Declina).

Consulta à Liderança do PRN.

(Declina).

Consulta à Liderança do PDT.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, nós ontem fizemos um apelo à Mesa e ao Plenário para que se tentasse através desse parlamento, uma maneira de chegarmos ao Governador do Estado no sentido de solucionar o problema da greve dos professores no Estado do Paraná que hoje atinge os 90 dias.

Em razão disso eu estou encaminhando à Mesa, um requerimento para a constituição de uma Comissão Parlamentar para intermediar a negociação entre o Governo do Estado do Paraná e o movimento grevista do magistério estadual, nos seguintes itens:

(Lê Justificativa do Requerimento).

Faço mais uma vez este apelo ao parlamento porque nós temos participado de muitas reuniões de pais, de professores, e o clima cada vez está mais quente, inclusive com ameaças de agressões a professores, com ameaças de agressões a pais e está ficando realmente, uma situação insustentável.

Por esta razão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu apelo para que esta Comissão seja formada o mais rapidamente possível, senão no expediente de hoje, em função do prejuízo em razão ao jogo do Brasil, mas na sessão de amanhã, para que formemos essa Comissão e vamos até o Governador tentar intermediar. É o papel desta Casa, participar dessas discussões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n. 352/90. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n. 74/90. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 352/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO (Ofício n. 166/90), que altera a Lei n. 7.297 de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em n. de 8 (oito), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 352/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, encaminhado a este Poder pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, através do Ofício n. 166/90, tem por finalidade alterar a Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná) e dá outras providências.

Examinando o projeto, verificamos que constitucionalmente a iniciativa é pertinente e a forma está adequada.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RUBENS BUENO

Relator

EMENDA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI N° 352/90

Artigo Único - Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei n. 352/90, o seguinte:

Artigo - Fica criado o distrito judiciário de São João, no município e comarca de Altônia, com jurisdição em todo distrito administrativo de mesmo nome.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoiamento:

João Arruda, Antônio Costenaro Neto, Djalma de Almeida César e 1 ilegível.

EMENDA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI N° 352/90

Inclua-se onde couber:

"Fica criada a Comarca de São João, desmembrada da Comarca de Chopinzinho/PR".

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Apoiamento:

Tadeu Lúcio Machado, Luciano Pizzatto, Pirajá Ferreira e Orlando Pessuti.

EMENDA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI N° 352/90

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

"Art. - Ficam criadas as Comarcas de Manoel Ribas e de Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

João Arruda, Gernote Kirinus, Tadeu Lúcio Machado e Pirajá Ferreira.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI N° 352/90

Artigo Único - Inclua-se onde couber, no Projeto de Lei n. 352/90, o seguinte:

Artigo - Fica criada a Comarca de Marmeleiro, compreendendo a sede e os distritos judiciários de Marmeleiro e a sede e os distritos judiciários de Renascença.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) JOÃO ARRUDA

Apoiamento:

Gernote Kirinus, Pirajá Ferreira, Orlando Pessuti e Luciano Pizzatto.

JUSTIFICATIVA:

A criação da Comarca de Marmeleiro, compreendendo este município e mais Renascença, objetiva premiar a pujança destas duas comunidades paranaenses. Localidades essencialmente agrícolas, com arrecadação ímpar para cidades do mesmo porte, são constituídas de pequenas propriedades que cultivam uma agricultura forte, mantendo uma pecuária invejável, que podem ser consideradas como um modelo de colonização para o País. A região a ser beneficiada abrange, aproximadamente, 50.000 habitantes.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI N° 352/90

Inclua-se no artigo 211 do projeto de lei n. 352/90, que altera a Lei n. 7297 de 08 de janeiro de 1980, os seguintes itens:

Art. 211 -

n° 148. TAPEJARA - Compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Bela Vista

do Tapiracuí; e o Município de Tuneiras do Oeste e seus Distritos Judiciários de Marabá e Aparecida do Oeste.

n. 149. RONDON - compreendendo a sede; o Município de Indianópolis e Distrito Judiciário de São Manoel; e o município de Guaporema.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) DIRCEU MANFRINATO

Apoiamento:

José Afonso Júnior, Basílio Zanusso, Erondy Silvério, Djalma de Almeida César, Antônio Costenaro Neto.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI N° 352/90

Artigo Único - Inclua-se onde couber, no Projeto de Lei n. 352/90, o seguinte:

Artigo - Fica criada a 2.^a Vara Criminal na Comarca de Francisco Beltrão.

Parágrafo Único - As duas Varas Criminais da Comarca de Francisco Beltrão, terão igual competência por distribuição, cabendo a 1.^a a organização e presidência do Tribunal do Juri e a 2.^a, a matéria relativa a Menores, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) JOÃO ARRUDA

Apoiamento:

Rubens Bueno, Luciano Pizzatto, Pedro Tonelli, Basílio Zanusso. Djalma de Almeida César.

JUSTIFICATIVA:

A criação de mais uma Vara Criminal na Comarca de Francisco Beltrão é necessária e urgente além de ser uma solicitação de todo o município e região, especialmente dos meios jurídicos, já foi sugerida, também, pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, em antiga mensagem que tramitou por esta Casa Legislativa, mas que, porém, não chegou a ser votada.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI N° 352/90

Art. 1° - A modificação procedida na Lei n. 7.297, pelo art. 1°, do Projeto de Lei n. 253/90, especificamente ao art. 209, inciso II, fica acrescida do seguinte:

Art. 209 - É a seguinte a classificação das comarcas:

I -

II - 1. Almirante Tamandaré,
50. Wenceslau Braz, 51. Chopinzinho.

Art. 2° - De consequência, fica excluído Chopinzinho da classificação de comarca de entrância inicial, do inciso III, do art. 209, supracitado.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

João Arruda, Luciano Pizzatto, Rubens Bueno e Gernote Kirinus.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI N° 352/90

Artigo Único - Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei n. 352/90, o seguinte:

Artigo - Fica criada a Comarca de VERÊ, compreendendo a sede e os distritos judiciários de Sede Progresso (Município de Verê), e Itapejara do Oeste (Município do mesmo nome).

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) JOÃO ARRUDA

Apoiamento:

Rubens Bueno, Luciano Pizzatto, Pedro Tonelli, Djalma de Almeida César e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A comarca de Verê é uma antiga aspiração deste referido município e de toda região abrangente. A matéria, em outra oportunidade, já obteve parecer favorável do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

Portanto, sua aprovação, neste momento, se reveste de suma importância para os trabalhos do judiciário paranaense e especialmente da justiça do sudoeste do Estado.

Há emendas sobre o referido projeto e serão encaminhadas como sugestões ao Presidente do Tribunal de Justiça.
Em votação o Projeto. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 74/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dá nova redação ao art. 1° da Resolução n. 40/89. (Fica fixado em 1/3 do subsídio fixo do Deputado Estadual a pensão mensal paga às viúvas de ex-deputados estaduais. Aprovado. (Public. no D.A. n° 73, de 19.06.90)).

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 269/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Município de CAFEZAL, tendo como área os Distritos de Cafezal, Guaiporã e Jangada, pertencentes ao Município de Iporã e o Distrito de Cedro, pertencente ao Município de Umuarama. Aprovado. (Public. no DA. n. 112 de 21.10.85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 335/89, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que cria o Município de São Pedro do

Iguaçu, sediado na localidade de São Pedro, com território desmembrado do Município de Toledo, e divisas que especifica. Aprovado. (Public. no DA. n. 104, de 22.11.89).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 329/90, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que autoriza o Poder Executivo a contrair operações de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, destinados a atender ao refinanciamento e as operações de créditos internas, na forma que especifica. Aprovado. (Public. no DA. n. 64, de 31.05.90).

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 302/89, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que faculta a matrícula escolar antecipada em classe de 1.^a série, regular de 1º grau, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 214/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de TAMARANA, com território desmembrado do Município de Londrina, com sede na localidade do mesmo nome e limites e confrontações do Distrito Administrativo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 305/90, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que dispõe sobre o registro obrigatório, o licenciamento e a fiscalização dos estabelecimentos de hospedagem do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA:

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI N° 305/90.

Art. 1º - Os Estabelecimentos de Hospedagem no Estado do Paraná, não classificados pelo sistema de estrelas adotadas pelos órgãos reguladores e executores da Política Nacional de Turismo (Decreto-Lei Federal n° 55, de 18 de novembro de 1966), ficam sujeitos ao disposto nesta lei no tocante ao Registro Obrigatório, ao Licenciamento e a Fiscalização dos mesmos.

§ 1º - Nos meios de hospedagem sujeitos às condições de funcionamento, disciplina, fiscalização e classificação pelos órgãos reguladores e executores da Políti-

ca Nacional de Turismo, a ficha de registro de que trata o "Caput" deste artigo obedecerá o modelo peculiar e será emitida exclusivamente por aqueles órgãos ao custo por eles fixados, destinando-se-lhes a totalidade da receita auferida. A ficha do registro preenchida em duplicata, terá uma de suas vias encaminhadas à Delegacia de Polícia competente até o dia 10 do mês subsequente da entrada dos hóspedes ou moradores nos estabelecimentos, onde ficará arquivada no prazo de dois anos.

Art. 2º - O pretendente a hospedagem em Estabelecimento Hoteleiro não classificado pelos órgãos reguladores e executores da Política Nacional de Turismo, como motéis, pensões e hotéis não classificados, somente poderá ocupar os aposentos que lhe for designado após identificar-se devendo o Hospedeiro nos casos em que a hospedagem seja superior a 12 (doze) horas, lançar no livro de registro de hóspedes o número do Documento de Identidade, Tipo, órgão emissor e Estado; a data completa e hora de entrada, número do aposento destinado e a data completa e hora de saída, ficando a Delegacia competente fiscalizadora dos estabelecimentos não classificados, encarregada para verificar o cumprimento do disposto neste artigo.

Parágrafo Único - A redação do inciso 1º do Art. 15 da Lei 9227 de 17.04.90 passa a ser a seguinte:

"Art. 15... 1º 0, 40 MVR por aposento mensal que o estabelecimento possuir no Regime de Diárias, pernoites ou períodos inferiores a 24 horas".

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoio: Caíto Quintana, Nereu Carlos Massignan, José Rogério Carvalho, Basílio Zanusso.

Aprovado o Substitutivo Geral.

Em votação o projeto.- Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n° 328/90, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que reajusta em 3,29% a partir de 1º de maio de 1990, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores do Quadro de Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 331/90, de autoria do Deputado Artagnão Mattos Leão, que cria o Município de Guamirim, "ad referendum" do resultado do plebiscito, desmembrado do Município de Irati, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da As-

sembléia. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 332/90, de autoria do Deputado Homero Oguido, que cria, "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Prado Ferreira, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Mirassolva, e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 334/90, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que inclui no anexo II da Lei n° 9279 de 29 de maio de 1990, o trecho da BR-476 - São Cristóvão. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 60/90, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza a realização de plebiscito no Município de Rancho Alegre D'Oeste, com território desmembrado do Município de Goioerê, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 65/90, de autoria do Deputado Homero Oguido, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Mirassolva, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Prado Ferreira. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 365/89, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Eduardo de Andrade Vieira. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 365/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, tem a finalidade de conceder Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Eduardo de Andrade Vieira.

Este plano de lei está devidamente justificado, conforme preceitua o Regimento Interno e sua legalidade está embasada na Lei n° 5.638, de 13 de setembro de 1967, que regulamenta as condições essenciais para a Concessão de Benemerência ou Cidadania Honorária Paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Curitiba, quarta, em 20.06.90

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
ORLANDO PESSUTI
Relator

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 30/90, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que estabelece critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná, regulamentando os artigos 212 e 213 da Constituição do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan e Paulino José Delazeri, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 30/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado José Afonso Júnior, tem por finalidade estabelecer critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná, regulamentando os artigos 212 e 213 da Constituição do Estado do Paraná.

Sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, chamada a opinar, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela aprovação da medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
DAVID CHERIEGATE
Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI N° 30/90

Art. 1° - A política habitacional do Estado do Paraná, na forma do que dispõe os artigos 212 e 213 da Constituição Estadual deverá estar inserida no contexto do desenvolvimento urbano e do meio ambiente, tendo por objetivo a erradicação do déficit habitacional do Estado, priorizando as camadas mais carentes da população.

Parágrafo Único - Entende-se como déficit habitacional, a necessidade de habitação da população, configurando-se como carente de habitação todo cidadão que não possua casa própria ou que a possua sem os padrões mínimos de tamanho, higiene, segurança e salubridade.

Art. 2° - A execução da política habi-

tacional do Estado, será realizada pelo Poder Público Estadual, de forma integrada à da União e a dos Municípios, mediante a formalização de acordos, contratos e convênios, através de iniciativa própria ou com o concurso da iniciativa privada.

Parágrafo Único - Deverá ser contemplado no plano plurianual e diretrizes orçamentárias, de forma detalhada, o Plano Estadual de Habitação Popular.

Art. 3º - A habitação, para estar dentro dos referidos padrões mínimos, deverá atender as normas técnicas, código de postura municipal, dispor de instalações sanitárias e ambiente de permanência prolongada com área mínima de seis metros quadrados por habitante.

Art. 4º - A solução do referido déficit será buscada através de:

- a) oferta de lotes urbanizados;
- b) construção de unidades habitacionais isoladas;
- c) construção de unidades habitacionais em conjunto a serem financiadas a adquirentes finais;
- d) gestão de poupança para a aquisição de unidades habitacionais, de materiais de construção para casa própria, carta de crédito e oferta de consórcio para tanto;
- e) estímulo à formação de cooperativas ou associações populares de habitação;
- f) contrato com entidades associativas, sindicais, civis e outras que se disponham em atuar na solução do déficit habitacional de seus associados;
- g) financiamento para aquisição de lote isolado, acoplado ou não com o financiamento para a construção da casa própria;
- h) programas específicos para idosos carentes que não se enquadrem nos demais programas propostos.

Parágrafo 1º - Entende-se por "lote urbanizado para moradia popular", aquele resultante de parcelamento de solo urbano dotado no mínimo de: água potável, destinação de dejetos sanitários (atendidas as condições de salubridade), esgotamento de águas pluviais e arruamentos, sendo, para tanto, observadas a lei federal pertinente e a Legislação e Código de Zoneamento Municipais.

Parágrafo 2º - Deverão ser atendidas, preferencialmente, as famílias com menor renda e que habitem em condições mais precárias e não tenham sido contempladas com financiamento habitacional.

Parágrafo 3º - As empresas loteadoras ou loteadores autônomos que pretenderem atender a população de baixa renda deverão se enquadrar na legislação pertinente e atender as exigências dos órgãos gestores da política habitacional do Estado.

Art. 5º - A questão das favelas deverá merecer atenção especial do Poder Público

Estadual, através de programas especiais, inclusive dispendendo recursos a fundo perdido para desapropriação de áreas, regularização fundiária e outras ações necessárias para resolver a questão.

Art. 6º - Os imóveis produzidos para oferta na forma do artigo 212 da Constituição Estadual, terão seus custos de infra-estrutura relativos a energia elétrica e saneamento cobertos, no mínimo de 50% (cinquenta por cento), pelas concessionárias de tais serviços, sem repassar ao mutuário final este ônus.

Art. 7º - Fica criado o FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR, cujos recursos destinar-se-ão a promover e financiar estudos e execução de projetos habitacionais para as famílias de baixa renda, com a participação dos municípios, cooperativas, sindicatos e associações de moradores cuja gerência caberá ao Conselho Estadual de Habitação e com a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Único - O Conselho Estadual de Habitação, com caráter deliberativo, terá sua composição definida em lei, garantida a representação dos municípios, inquilinos, mutuários e movimento popular pela moradia, dentro de seis meses após a promulgação desta lei.

Art. 8º - O FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR será constituído:

I - Pelas taxas cobradas para emissão das certidões objetos do art. 4º e seus parágrafos da presente lei, após deduzido o seu custo operacional;

II - Pelo valor recolhido aos cofres estaduais em decorrência de cobrança de ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis);

III - Por 1% (um por cento) do valor das custas cobradas pelos Tabeliães e Registros de Imóveis, a ser incluído no valor total da conta a ser apresentada por esses ao solicitante dos atos;

IV - Por 50% (cinquenta por cento) do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) arrecadado pelo Estado junto às empresas de comércio de materiais de construção e eletro-eletrônicos;

V - Pelas dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado destinada em duodécimos, mensalmente;

VI - Pelas receitas oriundas de convênios, acordos, contratos ou outros ajustes;

VII - Pelos recursos oriundos de empréstimos contraídos ou não por antecipação de receita;

VIII - Pelo produto da alienação de bens patrimoniais;

IX - Pelas doações de qualquer natureza;

X - Pelo lucro obtido na Carteira de Crédito Imobiliário do Banco do Estado do

Paraná.

Parágrafo Único - Os recursos previstos nos incisos II, III e IV deste artigo, deverão ser repassados ao FUNDO no mês imediatamente posterior ao da sua arrecadação.

Art. 9º - Os recursos do FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR aplicar-se-ão, especialmente, nas seguintes operações:

a) na realização de despesas gerais, visando possibilitar os estudos e trabalhos de levantamento de demanda habitacional, levantamentos topográficos e sondagens de terrenos e desenvolvimento de novas tecnologias;

b) na cobertura de despesas operacionais referentes à elaboração de projetos, apoio técnico e social e acompanhamento e execução das obras realizadas;

c) na cobertura das despesas decorrentes da construção de unidades habitacionais, bem como, das despesas de infraestrutura a essas destinadas;

d) na aquisição de móveis e imóveis, material permanente e de consumo, equipamentos e instalações destinados a realização da solução dos problemas habitacionais no Estado;

e) na desapropriação de imóveis visando os programas de regularização fundiária;

f) no custeio de despesas para formação e treinamento de mão-de-obra especializada;

g) para a construção de habitação em atendimento ao disposto no artigo 4º letra h desta lei.

Art. 10 - O exercício financeiro do FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR coincidirá com o exercício civil.

Art. 11 - O saldo positivo do FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR apurado em balanço, em cada exercício, passa para o exercício seguinte a crédito do mesmo fundo.

Art. 12 - Os acréscimos patrimoniais provenientes da utilização dos recursos do FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR serão incorporados ao patrimônio deste.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(aa) NEREU CARLOS MASSIGNAN

PAULINO JOSÉ DELAZERI

Apoiamento: Pedro Tonelli, Nelson Vasconcellos e Algaci Túlio.

Aprovado o substitutivo geral, artigo por artigo.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 202/90, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de

Curitiba, quarta, em 20.06.90

Área territorial dos Municípios da Lapa e Araucária para o Município de Contenda. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 202/90

PARECER:

De autoria do ilustre Parlamentar Antônio Annibelli, o presente plano de lei visa autorizar a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial dos Municípios da Lapa e Araucária para o Município de Contenda.

Analisada a matéria por esta Comissão, não encontra esta qualquer óbice regimental, legal ou constitucional que impeça a normal tramitação da mesma por esta Augusta Casa de Leis.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 19.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

Orlando Pessuti

Relator

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Pela ordem. Substitutivo Geral sobre qual matéria?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o projeto de Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Exatamente. É sobre isto que gostaria que o Senhor me desse um espaço. Acontece o seguinte, o Substitutivo Geral do Deputado Nereu Massignan acaba com o meu projeto de lei; uma vez que o meu projeto de lei está dando critérios para normatizar a construção de casas populares no Estado do Paraná e o Deputado Nereu Massignan faz um Substitutivo que ele usa a mesma intenção minha com outras palavras. Então faço um apelo aos meus Pares para que não votem no Substitutivo do Deputado Nereu Massignan e votem com o meu projeto original.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto e o substitutivo já foram aprovados, Deputado. Na próxima sessão poderá haver rejeição da matéria.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Como é emenda, ele sofre mais uma votação.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Pois não. Obrigado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 47/86, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria o Município de Brasilân-

dia, com território desmembrado do Município de Alto Piquiri com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 16 de 25.03.86).

Sobre a mesa, requerimento de n° 1676, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1674, 1669, 1670, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1672, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1677, de autoria do Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1678, de autoria do Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1671, de autoria do Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa consulta o Deputado Algaci Túlio se ele encaminhou o requerimento à Mesa.

O SR. ALGACI TÚLIO - Já está sendo tirada fotocópia, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa faz uma sugestão a Vossa Excelência. Há uma Comissão Parlamentar de Inquérito cujos membros já foram indicados e que poderá atuar no sentido de que Vossa Excelência deseje, com respeito à Secretaria de Educação. A Mesa endossaria esta Comissão. Agora, seria preciso que esta Comissão fosse...

O SR. ALGACI TÚLIO - O Senhor diz então que os mesmos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito poderiam ser os componentes para esta Comissão para tentar dialogar com o Governador?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente. Uma delegação da Assembléia para agir neste sentido. Aliás, já há uma delegação do plenário neste sentido.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, vamos agilizar isto na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se a Comissão não se organizar dentro de três dias, o Vice-Presidente vai presidir a Co-

missão de acordo com Regimento Interno.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 272/89, do Projeto de Lei Complementar n° 377/89, do Projeto de Lei n° 49/90.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 365/89, 30/90, 352/90.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 47/86 e do Projeto de Resolução n° 74/90.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 338/90 e dos Projetos de Lei n°s 09/90, 127/90, 221/90, 237/90, 280/90, 298/90, 322/90, 343/90, 346/90 e do Projeto de Resolução n° 75/90.

Levanta-se a sessão.
Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N° 160/90
aposentar, nos termos dos Arts. 132 e parágrafos; 138 item II; 140, itens I e III; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos; e, 172, inciso IV, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, MOACIR JORGE NARDI, matrícula n° 081, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação inerente à simbologia D.A.S.-4, incorporada; verba de representação incorporada, conforme disposto no Art. 3°, da Lei n° 8198, de 17 de dezembro de 1985; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4° e parágrafo 1°, da Resolução n° 02-64; cinco (05) quinquênios e quatro (04) adicionais incorporados; gratificação de produtividade, nos termos do Art. 1°, da Lei n° 6641, de 04 de dezembro de 1974; cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Art. 13, da Lei n° 8069, de 28 de dezembro de 1984. (Protoc. n° 8069/89)

DECRETO LEGISLATIVO N° 161/90

aposentar, nos termos dos Arts. 138, inciso II, 140, inciso III; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970; e, Art. 172, inciso III, da Lei já referida, com nova redação dada pela Lei n° 6794, de 08 de junho de 1976, NELITA RIBEIRO HARTMANN, matrícula n° 343, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à simbologia D.A.S.4, acrescidos de gratificação de representação incorporada, regulamentada pelo Decreto n° 4640, de 11 de janeiro de 1989; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4° e parágrafo 1°, da Resolução n° 02-64; cinco (05) quinquênios e cinco (05) adicionais incorporados; cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6°, da Lei Complementar n° 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n° 1914/90)

DECRETO LEGISLATIVO N° 162/90

aposentar, nos termos dos Arts. 138, inciso II e parágrafo 1°; 140, inciso I e III; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970; e, Art. 172, inciso III, da citada Lei, com nova redação dada pela Lei n° 6794, de 08 de junho de 1976, EMILIA DE MIRANDA BECKER, matrícula n° 374, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerente à simbologia 1-F, incorporada; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4° e parágrafo 1°, da Resolução n° 02-64; cinco (05) quinquênios e dois (02) adicionais incorporados; e, cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme Art. 6°, da Lei Complementar n° 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n° 1891/90)

DECRETO LEGISLATIVO N° 163/90

aposentar proporcionalmente, nos termos do Artigo n° 138, inciso II, parágrafo 1°, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, combinado com o Art. 35, inciso III, letra "C", da Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989; e, artigos 140, inciso I e III; 170 e parágrafo único da citada Lei n° 6174; e, Art. 172, da mesma Lei n° 6174, alterado pela

Curitiba, quarta, em 20.06.90

Lei n° 6794, de 08 de junho de 1976, LEONOR FIORI HILGERT, matrícula n° 078, ocupante do cargo de Taquígrafo - TQ-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e proporcionais correspondente à simbologia 1-F, incorporada; gratificação de produtividade incorporada, de acordo com a Lei n° 6641, de 04 de dezembro de 1974; dois (02) quinquênios; cinquenta por cento (50%) de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Art. 13, da Lei n° 8069, de 28 de dezembro de 1984.

(Protoc. n° 2550/90)

DECRETO LEGISLATIVO N° 164/90

aposentar proporcionalmente, nos termos do Artigo n° 35, inciso III, Letra "C", da Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de outubro 89, combinado com os Artigos 138, inciso II; 140, item III; 170, parágrafo único; 171 e parágrafos da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970; e, Art. 172, inciso III, da mesma Lei, com nova redação dada pela Lei n° 6794, de 08 de junho de 1976, GILBERTO LAMPARELI SILVA, matrícula n° 178, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A" - NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e proporcionais correspondente à simbologia D.A.S.-4, acrescidos de gratificação de representação incorporada, regulamentada pelo Decreto n° 4640, de 11 de janeiro de 1989; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4° e parágrafo 1°, da Resolução n° 02-64; cinco (05) quinquênios e dois (02) adicionais incorporados; cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva de acordo com o Art. 6°, da Lei Complementar n° 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n° 1303/90)

Palácio "XIX de Dezembro", em 01.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO - 1° Secretário

WERNER WANDERER - 2° Secretário.

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N° 060/90

retificar a Portaria n° 053/90, de 10 de abril do corrente ano, para declarar que a contagem é de um (01) mês; e, não como constou no referido Ato.

(Protoc. n° 1743/90)

PORTARIA N° 061/90

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor do funcionário NOIR PACHECO, matrícula n° 482, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme o art. 37, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989, combinado com o Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, relativos aos anos de 1988 e 1989, que deixou de gozar.

(Protoc. n° 2125/90)

Gabinete da Diretoria Geral, em 19.04.90.

PORTARIA N° 062/90

conceder, de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, a SANDRA ZAMPIER GIONEDES, contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 24 de abril do corrente ano.

(Protoc. n° 3760/90)

Gabinete da Diretoria Geral, em 10.05.90.

PORTARIA N° 063/90

1°) - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 37, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, combinado com o Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALMIR MONTEIRO, matrícula n° 383, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A" - NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao dobro das férias de 1964 (15 dias), 1971 (15 dias), 1972, 1973 e 1989, deixadas de gozar; e,

2°) - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei n° 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de dezoito (18) meses, correspondente ao dobro das licenças especiais a que tem direito: 3° quinquênio, compreendido entre 31 de outubro de 1972 e 31 de outubro de 1977; 4° quinquênio, compreendido entre 31 de outubro de 1977 e 31 de abril de 1982, antecipado em razão da incorporação do 3° quinquênio; e, 5° quinquênio, compreendido entre 31 de abril de 1982 e 31 de junho de 1986, antecipado em razão da incorporação do 4° quinquênio.

(Protoc. n° 2395/90)

Gabinete da Diretoria Geral, em 10.04.90.

PORTARIA N° 064/90

retificar na ficha funcional de LEONOR FIORI HILGERT, matrícula n° 078, ocupante

do cargo de Taquígrafo - TQ-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o Ato n° 582, de 17 de setembro de 1976, para dizer que o tempo de serviço pelo mesmo contado, é de onze (11) anos, nove (09) meses e dezesseis (16) dias, e não como consta do referido ato.

(Protoc. n° 2550/90)

PORTARIA N° 065/90

designar, LUIZ FABIO CAMPANA, matrícula n° 121, ocupante do cargo de Consultor Técnico "B" - NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, a partir de 02 de maio do corrente ano.

(Protoc. n°)

Gabinete da Diretoria Geral, em 10.05.90.

PORTARIA N° 066/90

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 37, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, combinado com o Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ANTÔNIO CLARET DE REZENDE, matrícula n° 141, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "B" - NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, 1981, 1982 e 1983, deixadas de gozar.

(Protoc. n° 3902/90)

PORTARIA N° 067/90

mandar contar para todos os efeitos legais, em favor de ZENO PACIORNIK, matrícula n° 411, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A" - NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de acordo com o Art. 37, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989, combinado com o Art. 150, da Lei n° 6174, de outubro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1987, que deixou de gozar.

(Protoc. n° 3667/90)

PORTARIA N° 068/90

conceder, a NEUSA CARDOSO CORREIA, contratada deste Poder Legislativo, oito (08) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 28 de maio de 1990.

(Protoc. n° 4620/90)

PORTARIA N° 069/90

1°) - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 37, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, combinado com o Art.

150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO, matrícula n° 120, ocupante do cargo de Procurador NU-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatorze (14) meses, correspondente ao dobro das férias de 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1982 e 1989, deixadas de gozar; e,
2°) - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei n° 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 5° quinquênio, compreendido entre 1° de abril de 1982 e 1° de outubro de 1986, antecipado em razão da incorporação do 4° quinquênio. (Protoc. n° 4293/90)

PORTARIA N° 070/90

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 37, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, combinado com o Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GILBERTO DAROS, matrícula n° 517 ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias de 1968, 1981 e 1989, deixadas de gozar.

(Protoc. n° 4109/90)

PORTARIA N° 071/90

conceder, a CASSIA BARON, funcionária contratada deste Poder Legislativo, de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, cento e vinte (120) dias, de licença maternidade, a partir de 06 de março de 1990.

(Protoc. n° 4667/90)

Curitiba, quarta, em 20.06.90

PORTARIA N° 072/90

conceder, a JOSANE MARIA CARRADONE, funcionária contratada deste Poder Legislativo, sessenta (60) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 15 de maio de 1990.

(Protoc. n° 4375/90)

PORTARIA N° 073/90

conceder, ao funcionário GILBERTO DAROS, matrícula n° 517, ocupante do cargo de Procurador NU-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1990, a partir de 1° de julho do corrente ano.

(Protoc. n° 4315/90)

PORTARIA N° 074/90

conceder, a CRISTIANE ELISA VARGAS DE FREITAS, funcionária contratada deste Poder Legislativo, de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 10 de maio de 1990.

(Protoc. n° 4374/90)

PORTARIA N° 075/90

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público de JACYRA MACHADO BINI, matrícula n° 208, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A" - NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5° quinquênio compreendido entre 07 de novembro de 1982 e 07 de novembro de 1987.

(Protoc. n° 3112/90)

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.06.90.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral